A Condição Jurídica Sobre os Animais Não Humanos a partir do PLC 27/18

Fernanda Karolina de Almeida¹

Yara Conrado Sacramento Paiva

Resumo: Com o aumento constante das mais variadas formas de violência contra os animais houve uma inovação legislativa trazida pelo PLC 27/18 acerca da condição jurídica sobre os animais não humanos, onde será tratada a possibilidade de se analisar pontos acerca da personalidade jurídica e a responsabilidade civil em questões como os maus tratos, os testes realizados pela indústria de cosméticos e as condições de vida em abatedouros de animais, uma vez que passarão a serem considerados seres sencientes passíveis de emoções. Será possível também, analisar o contexto que justificou e elaborou este Projeto de Lei bem como salientar a importância do afeto como valor jurídico, a ponto de justificar a necessidade dessa proposta legislativa uma vez que os testes laboratoriais feitos em animais geram danos irreversíveis a eles, bem como trazem resultados passíveis de falhas uma vez que o organismo animal é diferente do organismo humano, por isso a necessidade de se obter meios alternativos para substituir animais nesses testes, e é por meio do PLC 27/18 que se pode obter arcabouço jurídico para tal argumentação, onde serão apresentados meios alternativos de testes para a indústria de cosméticos, assim, oportunizando a incidência da responsabilidade civil por meio de uma proposta metodológica bibliográfica de estudo, onde serão utilizadas fontes de pesquisa primária como dissertações e artigos científicos e/ou jornalísticos sobre o tema, além do uso da legislação vigente no Brasil e outros países podendo traçar uma linha de raciocínio comparativa.

Palavra-chave: testes, animais, sencientes, ética

¹ Artigo apresentado em dupla como trabalho de conclusão do curso de Direito do UNIPTAN/AFYA, no ano de 2020. O Artigo contou com a orientação do professor Dr. Daniel Albergaria Silva, responsável pela disciplina Seminário de Pesquisa I, e da professora orientadora Érika Tayer Lasmar.

Introdução

O Poder Judiciário sempre esteve em função da sociedade com o intuito de criar leis de caráter ético e moral buscando sempre a preservação da vida humana, porém, durante muito tempo seres não humanos não possuíam tal proteção jurídica, acreditava-se que eram seres inferiores. Parte desta temática se dá ao fato de o ordenamento jurídico brasileiro trazer consigo uma influência muito grande das civilizações romanas, cujo o antropocentrismo sempre se fez muito forte. Anos depois ao notar os impactos sofridos devido a essa não preservação, como por exemplo, os maus tratos, a experimentação animal no ramo da indústria cosmética e farmacológica, e com os resultados de vários estudos que comprovam as sensações físicas e emocionais parecidas às humanas, a sociedade passou a avaliar com outros olhos a questão animal buscando assim diversos mecanismos a fim de se obter o bem estar destes seres não humanos.

Com a constante demanda da sociedade perante a questão animal o Senado Federal, a partir de seu Projeto de Lei Complementar de número 27/2018 em seu texto estabeleceu que os animais não humanos são considerados seres sencientes, passíveis de sentir emoções como alegria, dor e sofrimento, onde a vida passa a ser considerada fato gerador acerca destes, deixando assim de serem considerados bens móveis, elencados no rol de coisas do Código Civil.

A partir deste Projeto de Lei pode-se analisar questões de suma importância como os experimentos em animais, se estes não são mais considerados objetos, e são considerados seres dotados de dignidade e senciencia. Por isso segundo o art. 1º da Declaração Universal do Direito dos Animais, não é aceitável que estes tenham que passar por situações cruéis, no qual acarretam sofrimento, mutilação e violação de seus direitos. Devido ao art. 1º apresentado acima questiona-se se realmente é pertinente a experimentação animal, uma vez que o organismo animal é diferente do organismo humano além de já existirem outros métodos alternativos que não exploram a vida animal e possuem a mesma eficácia em seus resultados.

O presente trabalho foi realizado com a metodologia de pesquisa de natureza exploratória, buscando desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias. Tem por objetivo analisar a proteção jurídica dos animais no Brasil, buscando conhecer os principais instrumentos jurídicos e sua efetividade. Identificar a percepção da sociedade quanto aos maus tratos dos animais e suas principais reivindicações, e buscar conceituar a importância da existência de um

Direito dos Animais a par do direito dos homens e as melhorias que podem ser efetivadas com a PLC/18.

A suposta superioridade e exploração humana em face da vida dos animais

Nos dias atuais o ser humano muitas das vezes ainda se considera superior a qualquer outro tipo de vida que não seja a humana. Pode-se analisar extremas situações no cotidiano, tais quais, animais abandonados nas ruas passando necessidades como a fome e o frio, abusos, maus tratos, o elevado índice de atropelamentos, os testes em animais, a indústria alimentícia que confina animais tais quais vacas, bois e aves com o objetivo de produzir carnes onde não respeitam seus ciclos biológicos mínimos, a forma de tratamento dentro da indústria, separando bezerros recém nascidos de suas mães para que o leite das mesmas sejam destinados a laticínios. As formas de confinamento que não respeitam os ciclos de dias e noites, a exemplo das granjas, que mantém aves acordadas com luzes artificiais e sem direito a ciscarem em terreiro, pois permanecem confinadas.

Diante do exposto acima é possível identificar como o ser humano se coloca como superior a outras espécies não apenas por abandonar animais domésticos, mas também, por explorar as vidas destes em benefício de sua própria espécie, a humana. Exploração que, na maioria das vezes, impede um curso mínimo na vida destes animais, tais como pastar, ter contato com a cria, ciscar, dormir e circular segundo capacidades biológicas das espécies, etc.

A crença de que os animais são desprovidos de “alma” sempre foi utilizada como uma justificativa para sua utilização em diversos fins, para que favorecesse a necessidade humana, que muitas vezes vai além do alimento, servindo de vestimenta, locomoção e ‘diversão’. Ao se fazer uma análise histórica, nota-se que a humanidade dificilmente se sensibiliza ou se importa com o sofrimento para a exploração animal. Ainda há muitas experiências utilizando animais como cobaias, não só experiências para fins médicos, mas psicológicos, farmacêuticos, odontológicos, experimentais e industriais.

Por falta de sensibilidade e visando apenas benefícios e lucros próprios, o homem em toda a história foi se aproveitando cada vez mais dessa relação obrigatória e desigual, abusando, explorando, e maltratando aqueles que historicamente foram

conquistados e domesticados por eles, e que deveriam, por direito, obter proteção, cuidado, e abrigo, trazendo assim, reflexos na legislação brasileira.

O Código Civil tem como fonte, as civilizações antigas, com maior ênfase nas Civilizações Romanas, onde o antropocentrismo se fez muito forte. O direito civil e dos cidadãos, como era denominado, era o mais importante, tendo como principal aspecto o lado patrimonial.

O Direito Civil Brasileiro apesar de ter como influência as Civilizações Romanas e tratar os animais em seu Rol de “Coisas”, sabe-se que as legislações são processos históricos sempre em reconstrução, fazendo com que muitas das vezes o texto de lei não consiga acompanhar as variadas formas de desenvolvimento dentro da sociedade.

A repercussão ética animal nos dias de hoje vem ganhando cada vez mais força devido ao grande número de abandono e maus tratos contra os animais, deste modo se faz necessário um melhor desenvolvimento jurídico para a proteção e dignidade da vida destes seres.

Nas últimas décadas surgiram diversas argumentações relacionadas aos direitos dos animais na sociedade, no qual vem ganhando cada vez mais atenção e destaque quanto a interpretações feitas às normas jurídicas ligadas a eles.

Pequeno Histórico do Desdobramento de Leis de Proteção dos Animais no Brasil

Em nosso país a primeira legislação referente a proteção dos animais foi o Decreto 16.590, de 1924, em âmbito federal, no qual regulamentava as atividades das Casas de Diversões Públicas, proibia corrida de touros, garraios e novilhas, brigas de galos e canários dentre outras “diversões” que causavam sofrimentos aos animais.

Foi através do Governo Provisório de Getúlio Vargas que houve o verdadeiro reconhecimento da proibição de maus-tratos contra animais, em 10 de junho de 1934, Vargas promulgou o decreto Lei nº 24.645, que tornava contravenção os atos de maus tratos aos animais.

No ano de 1988 foi o primeiro grande passo, o Poder Legislativo começava a se interessar pelo bem-estar animal, passando a caracterizar crimes inafiançáveis os atentados aos animais silvestres nativos, alterando os artigos 27 e

28 da Lei Federal 5.197/67, dentro do “Programa Nossa Natureza”. Contudo a questão do abate animal não foi amparada por esta lei, além de não levar em consideração os maus tratos praticados contra animais domésticos e exóticos no qual permaneciam como contravenções, o que passou a ser considerado um grande erro legislativo, já que todos os animais deveriam ser tratados da mesma forma tendo em vista que a conduta do autor é a mesma, ainda que se tratando de animais diferentes a punição via de regra deve ser a mesma.

A Sociedade Mundial de Proteção Animal é a maior organização de bem estar animal do mundo, é representada por mais de mil afiliados em diversos países. Em 1989 ela passou a atuar no Brasil, e apoiou muitas causas, dentre elas, a de Santa Catarina na luta contra a Farra do Boi, um ritual que consistia em soltar um boi em um local ermo para que pudesse agredir e farrear o animal, fazendo-o correr atrás das pessoas que também participavam da farra. Apoiou também a liberação do golfinho Flipper, este retirado do seu habitat, apartado da liberdade para viver em um tanque de 12 metros de largura, em um parque de diversões na cidade de Santos onde virou atração dos visitantes em troca de peixes mortos, e muitos outros.

Tempo depois, na cidade de São Paulo ocorreu um grande marco histórico no assunto de proteção animal, onde foi discutido na primeira Conferência Internacional Pet Respect, no ano de 1995 o controle humanitário da população de cães e gatos. Em meados de 1993 os advogados ambientalistas discutiram a respeito dos direitos dos animais e chegaram à conclusão de que o meio ambiente demandava um interesse maior, formaram então uma comissão interministerial, composta pelos mais ilustres advogados ambientalistas e penalistas, e vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente e Justiça, através da presidência do Desembargador Gilberto Passos de Freitas.

Foi enviada para essa comissão através da Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal (LPCA), uma proposta de projeto de lei para criminalizar os maus tratos contra animais, sendo independente de sua natureza, editando o livro “Libertício dos animais”, onde crimes cometidos contra os animais foram relatados com mais de cem legendas e fotos. Esse material foi distribuído não só a comissão jurista, mas entregue a Deputados, e Senadores, que por conseguinte votaria o projeto em lei.

Com a intenção de inclusão da proteção aos animais na Constituição Federal de 1988, a LPCA, com a União dos Defensores da Terra (OIKOS), presidida por Fábio Feldman, Deputado Federal, eleito no estado de São Paulo, e ex-presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), juntamente com a Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis (APASFA), com um abaixo assinado com trinta mil assinaturas. No entanto não houve necessidade, o legislador constitucional, teve grande consciência da grande diversidade do Brasil, ecossistema, fauna e flora, dedicando assim um capítulo inteiro da Constituição á preservação do meio ambiente, estabelecendo no artigo 225, §1, VII, a proteção animal, imputando assim ao Poder Público a função de curador da fauna e flora, proibindo qualquer atos que prejudiquem o ecossistema ou que submetem os animais a crueldade:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (CRFB, 1988)

O artigo 32 da lei 9.605, conhecida como a Lei de Crimes Ambientais (LCA), dispõe sobre as punições para aqueles que praticam qualquer tipo de maus tratos contra animais, sendo domésticos, domesticados, nativos ou exóticos:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal. (Lei Federal 9.605, 1998)

E assim foram sendo criadas normas pelo Estado que disciplinam suas próprias regras de proteção animal.

Tutela Jurisdicional Animal nos Dias Atuais

Para fins do reconhecimento dos direitos dos animais, é aquele suscitado pela Alta Corte de Kerala no caso Nair v. União da Índia, de junho 2000, que Nussbaum destaca como epígrafe do seu texto citado: “Portanto, não é apenas

nosso dever fundamental demonstrar compaixão para com os nossos amigos animais, mas também reconhecer e proteger seus direitos [...]”

Com a constante demanda o Senado este ano aprovou um projeto de Lei que cria um regime jurídico especial para os animais, de acordo com o texto já aprovado, os animais não poderão mais ser considerados “coisas”.

A PLC 27/2018, estabelece que os animais passarão a ter natureza jurídica *sui generis*, sujeitos de direitos despersonalizados, serão reconhecidos como seres sencientes, onde a vida passa a ser o fato gerador da dignidade desses seres dotados de natureza biológica, emocional e passível de sofrimento.

Segundo Luís Roberto Barroso criou-se uma nova perspectiva acerca da vida animal no seio da sociedade, onde agora o ser humano traz consigo uma carga de direitos e deveres em relação a vida dos seres considerados não humanos, objetivando um convívio harmônico com o reino animal e novas regras de convivência.

O texto também acrescenta no dispositivo a lei dos crimes ambientais para que determine que os animais não sejam mais considerados bens móveis para fins do Código Civil.

Com essa mudança teremos reflexo na alteração da condição dos animais, alterando inclusive a compreensão de institutos tradicionais do direito civil, como por exemplo o conceito de personalidade jurídica e responsabilidade jurídica. Essas Iniciativas garantirão aos animais maior efetividade em sua proteção para que sejam tratados com maior dignidade, respeito e proteção.

Existem correntes doutrinárias que partem da premissa de um direito civil constitucionalizado, na busca de realização dos direitos fundamentais e a concretização de um Estado Social de Direito, tendo como consequência uma sociedade igualitária, justa e fraterna, o que repercute diretamente ao direito dos animais por analogia.

Portanto, levar-se-á em consideração a Constitucionalização do Direito Civil, que faz com que o Direito Civil esteja em harmonia com a nossa Constituição, dando maior “humanização” ,e perdendo seu caráter individualista para desempenhar função social.

Neste sentido será abordado a ideia de constitucionalização do direito civil, com foco na influência que os valores constitucionais como dignidade e afeto, por analogia, reflexo e efeito na alteração da condição jurídica dos animais, podendo assim alterar a compreensão de institutos tradicionais do direito civil como o conceito de personalidade e de responsabilidade jurídica.

A ideia de constitucionalização do direito civil, ou seja, a leitura do Direito Civil e de seus institutos a partir dos valores jurídicos protegidos pela Constituição Federal de 1988, visa obter uma nova perspectiva dos animais dentro do enredo social um novo Estado de Direito, fazendo assim com que a dignidade dos animais assegurada pela nossa Carta Magna, não seja tão diferente dos humanos, colocando o animal não humano não como objeto, mas como um ser sencientes, passível de sentimentos e emoções.

O que poderia ter sido suscitado, isso sim, seria o reconhecimento de dignidade aos animais. Uma dignidade que, naturalmente, não é humana nem deve ser aferida por seu reflexo sobre as pessoas humanas, mas pelo fato de os animais, como seres vivos terem uma dignidade intrínseca e própria. (BARROSO, 2012, p.118).

Ante a essa capacidade de sentir na ciência do bem estar animal, serão cinco liberdades que deverão ser respeitadas, a nutricional (livre de sede, e fome) a sanitária (livre de dor, ferimentos e doenças), a ambiental (livre de desconforto), a comportamental (livre para expressar seu comportamento, mediante fornecimento de espaço adequado e de companhia de animais da mesma espécie) e a psicológica (livre de estresse e de medo).

Assim o atributo de dignidade, que antes era conferido exclusivamente ao humano legitimado por sua natureza de ser pensante, com diferentes proporções alcança o animal em razão da sua própria existência como ser vivo, sendo a vida, desta forma passando a ser fato gerador de dignidade.

O abandono e os maus tratos contra os animais é crime, devendo ser denunciado e punido. A denúncia de maus tratos é legitimada pelo artigo 32, da Lei Federal de número 9.605 e 1998 (Lei de crimes ambientais), prevendo uma pena de detenção de três meses a um ano e multa, sendo também um conduta vedada pela nossa Constituição Federal, em seu artigo 225.

Essa mesma lei, no seu artigo 32, impõe ao poder público e a coletividade o dever de defender e preservar bens ambientais para as presentes e futuras gerações, proibindo atos que submetem animais a sofrimento, (por exemplo, maus

tratos, pesquisas experimentais, procedimentos cirúrgicos, abandono, falta de acesso a alimento e água, sacrifício em rituais, exploração do trabalho animal e outros), por serem vulneráveis, buscando assim protegê-los. Neste mesmo artigo abarca quatro tipos de crimes internacionais contra os animais (silvestre, doméstico, domesticado, nativo ou exótico): atos de abuso (por exemplo submeter animal a trabalho excessivo, como puxar carroça com peso acima de suas forças); de maus-tratos (causar sofrimento a animal lesando a sua integridade física); ferir (exemplo, machucar) e mutilar (amputar partes de seu corpo). O ato de matar o animal está inserido nesse artigo, pois o agente antes de causar sua morte irá ferir, ou maltratá-lo.

Segundo o Simpósio Multidisciplinar Sobre Relações Harmônicas Entre Seres Humanos e Animais, é possível notar que os animais estão presentes em toda história de evolução humana, tendo essa interação melhorada com a consciência de que são seres sencientes. Porém mesmo com essa relação, atualmente é possível notar que existem hábitos como a criação dos pets, considerados próprios membros da família, e em contrapartida um vácuo ético em relação ao restante dos animais, usados em testes de laboratórios acometidos por situações extremas de exploração e sofrimento e morte. Sendo o objetivo, apenas a concretização do experimento e não o bem estar animal. MOREIRA (2017). A partir do momento em que os animais passam então a serem considerados seres sencientes deve-se obter uma nova postura em relação aos testes em animais na área educacional e experimental, uma vez que podem ser substituídas sem causar prejuízos essas instituições.

Existem diferentes tipos de testes que as indústrias de cosméticos utilizam em animais de forma cruel, acarretando sofrimento e violação a seus direitos constitucionais, bem como notável violação a Declaração Universal aos Direitos dos Animais e leis específicas sobre o uso de animais em testes laboratoriais 11.794/2008, onde estão elencados os Princípios Éticos e Bióticos, uma vez que tais institutos regulam limites para a utilização de testes em animais na indústria de cosméticos.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, em seu artigo 8º, I que diz: A experimentação animal que implique sofrimento físico ou psicológico é incompatível com os direitos do animal, quer se trate de uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer que seja a forma de experimentação. (FERNANDA ROSSI, 2019, p. 53.)

No Brasil, alguns estados já proibiram a utilização de animais em testes para cosméticos tais como, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Amazonas e Pará. Em São Paulo as multas pelo descumprimento da lei para as instituições e estabelecimentos de pesquisa, segundo o Projeto de Lei 777/2013 foram estipuladas no valor de 50.000,00 (cinquenta mil) Unidades fiscais do estado por animal, podendo ser dobrado o valor em caso de reincidência , além de sanções administrativas.

Verificado o número elevado de animais que são utilizados em testes laboratoriais , entende-se a importância de um estudo para as consequências destes testes .MOREIRA (2017, p. 82) O autor relata sobre vários atos cruéis que sofrem os animais em testes de laboratórios e expõe sobre esses testes na indústria cosmética que utilizam coelhos, segue alguns exemplos de testes que provocam dor e sofrimento nos animais:

Com relação à fototoxicidade, o produto cosmético é aplicado na pele do animal, seguido por exposição à radiação UVA e UVB pelo tempo de 48 horas, para que, então, sejam feitas as observações macroscópicas comparando a área com a que não houve aplicação. O objetivo desse teste é analisar se a substância quando exposta aos raios UVA e UVB provocam respostas tóxicas na pele. O ensaio de citotoxicidade define se as substâncias presentes nos cosméticos podem ter um potencial degenerativo ou nocivo em relação às células, uma vez que alguns componentes podem provocar vômitos ou outros danos aos organismos e até a morte. MOREIRA (2007, p. 82)

Com os exemplos citados acima não há o que se ter dúvida a respeito do sofrimento dos animais utilizados em testes laboratoriais, percebe-se apenas o designo em produzir o resultado final da pesquisa, ou cosmético, sem se importar com o bem estar animal, sendo estes utilizados de forma descartáveis. MOREIRA (2017, p. 82).

[...] o método mais utilizado para avaliar e controlar a toxicidade das composições presentes nos cosméticos é o teste da Dose Letal (DL- 50). [...] A prova consiste em obrigar entre dez e sessenta animais, de várias espécies, a ingerir, uns de forma mais concentrada e outros menos, uma quantidade de substância cosmética, como xampu, desodorante, perfumes, através de uma sonda gástrica. Os efeitos causados variam de convulsões, úlceras, hemorragias, levando até a morte. A fim de controlar variáveis, os animais testados são observados por até duas semanas; e durante esse tempo 50% dos requisitados normalmente morrem. Depois, os que sobraram vivos, também, acaba, sendo mortos para serem examinados. MOREIRA (2007, p.82)

Conforme já mencionado, os testes laboratoriais feito em animais causam grande dores e sofrimento a eles e seus resultados não são totalmente confiáveis

ao fato que, o organismo animal é diferente do organismo humano. Há então, a necessidade de buscarmos meios alternativos para substituir animais nesses testes, para acabar com esse martírio e garantir resultados mais seguros.

Cerqueira, explica que os testes que substituem animais em laboratórios anda não são muitos utilizados, destaca também a substituição dos animais por outros métodos é conveniente para todos os envolvidos; acabará com dor e sofrimento que estes testes causam, e novos métodos poderão ser mais eficaz e com resultados mais plausíveis, até mesmo com custo bem menor, até 30% do valor que se gastaria utilizando animais. (CERQUEIRA, 2008) especifica alguns dos possíveis métodos alternativos:

[...] técnicas de imagem não invasivas, como a tomografia computadorizada, a ressonância magnética e radiografia, também podem ser usadas em pesquisa. Estudos epidemiológicos e clínicos, autópsias e estudos pós-morte, além de simulações em computador e do uso de modelos matemáticos também são alternativas.

A substituição de animais por meios alternativos não é utopia, não é algo absurdo, é algo possível, real. Morales menciona outros métodos alternativos, que substituem animais em pesquisas, mesmo sendo um desafio para a ciência é possível:

Teste da membrana corio alantóide: utiliza ovos de galinha fertilizados para avaliar a irritabilidade da membrana corion alantóide, que possui uma grande quantidade de vasos sanguíneos.

Teste de hemólise: nesse teste são avaliados os fenômenos de hemólise e desnaturação proteica, decorrentes da ação da substância teste.

Teste de opacidade de córnea bovina: onde são testadas a opacidade e permeabilidade de córnea provinda de olhos de bovinos (que seriam descartados), após a exposição à substância a ser testada.

Teste em olhos isolados de coelhos ou galinha: em olhos isolados de animais mortos (que seriam descartados) são testadas, após a exposição à substância teste, o edema e opacidade da córnea bem como a retenção de fluorescência.

Teste de viabilidade celular: substâncias são adicionadas aos meios de cultura de células específicas (MDCK, 3T3-L1, SIRC) e são testados alguns parâmetros de sua viabilidade (danos em suas membranas ou em suas junções, por exemplo).

2) TESTE DE TOXICIDADE Culturas de células de diversos tecidos podem ser utilizadas e nelas podem ser realizados testes de toxicidade de várias substâncias.

A viabilidade celular bem como danos em sua estrutura é utilizada como parâmetros de análise dessa toxicidade. O teste de toxicidade durante o desenvolvimento e reprodução podem ser realizados em embriões de galinha, peixe e anfíbios e essa metodologia mostrou ser bastante importante. (MORALES, 2008).

Felipe, outro autor que aborda outras questões sobre a proteção dos animais e diz que há a possibilidade de substituir dos animais em pesquisas laboratoriais:

Com tais técnicas substitutivas, pode-se abolir a prática da experimentação animal, responsável pela destruição de estimados 70 a 100 milhões de vidas a cada ano, no redor do planeta, não contadas, nesse número, as vidas de bilhões de camundongos e ratos, usados em 80% a 90% dos experimentos. Camundongos e ratos não são protegidos pelas leis antiviviseção. São considerados, portanto, utensílios de laboratório, descartáveis. (Felipe, 2017, p. 79).

O autor mostra sem dúvidas de que há uma grande matança de animais para realização deste testes, sendo a espécies mais utilizados ; ratos , camundongos, considerados descartáveis , sendo que os testes realizados neles não podem ser levados em consideração para humanos por conta da gritante diferença do organismo do rato em comparação com o organismo humano, contrariando assim a legislação sobre vivisseção, que afirma que os testes com animais só devem ser permitido se trouxer significados resultados para os seres humanos.

(FELIPE, 2017).

Podemos usar como exemplos de métodos alternativos ao uso de animais em pesquisas laboratoriais, o uso de microrganismos, que são aceitos como modelos para estudo de metabolismo genética e bioquímica.

A Cultura de células e também de tecidos são utilizados em pesquisas básicas e aplicadas, em estudos relacionados a ação de quimioterápicos sobre a viabilidade de células cancerígenas. Esse tipo de experimento são a base para saber se uma droga tem algum nível de potencial para eliminar células cancerígenas. O sistema *in vitro* também serve para substituir animais em experimentos, sendo apropriado o uso na área de ciência biológica, em estudos sobre metabolismo intermediário.

O uso de modelos matemáticos também pode contribuir para o trabalho experimental, com as definições de variáveis e testando teorias, conseguindo reduzir custos nas pesquisas e deixando mais eficaz seus resultados.

Os autores Levai e Daró também citam modelos que podem substituir testes em animais:

- 1) Sistemas biológicos *in vitro* (cultura de células, tecidos e órgãos passíveis de utilização em genética, microbiologia, bioquímica, imunologia, farmacologia, radiação, toxicologia, produção de vacinas, pesquisas sobre vírus e sobre câncer);
- 2) Cromatografia e espectrometria de massa (técnica que permite a identificação de compostos químicos e sua possível atuação no organismo, de modo não-invasivo);
- 3) Farmacologia e mecânica quânticas (avaliam o metabolismo das drogas no corpo);

- 4) Estudos epidemiológicos (permitem desenvolver a medicina preventiva com base em dados comparativos e própria observação do processo das doenças);
- 5) Estudos clínicos (análise estatística da incidência de moléstias em populações diversas);
- 6) Necropsias e biopsias (métodos que permitem mostrar a ação das doenças no organismo humano);
- 7) Simulações computadorizadas (sistemas virtuais que podem ser usados no ensino das ciências biomédicas, substituindo o animal);
- 8) Modelos matemáticos (traduzem analiticamente os processos que ocorrem nos organismos vivos);
- 9) Culturas de bactérias e protozoários (alternativas para testes cancerígenos e preparo de antibióticos);
- 10) Uso da placenta e do cordão umbilical (para treinamento de técnica cirúrgica e testes toxicológicos);
- 11) Membrana corialantóide (teste CAME, que se utiliza da membrana dos ovos de galinha para avaliar a toxicidade de determinada substância);
- 11) Pesquisas genéticas (estudos com DNA humano, como se verifica no Projeto Genoma) etc. (LEVAI e DARÓ, 2004, p. 147 e 148)

Felizmente existe a possibilidade e meios alternativos para mudar a realidade dos testes em animais sem necessitar dos meios cruéis empregados, essas diferentes técnicas auxiliam na evolução da biologia e outros ramos de pesquisas.

O uso de animais expõe o estudante muitas vezes a contradições, como o de matar para salvar, ou desrespeitar para respeitar. Impõe a muitos estudantes a decisão de cumprir com a tarefa e deixar para trás seus princípios éticos e/ou minimizar suas condições emocionais (...) (GREIF, 2003, p. 15).

Os animais quando criados para fins de testes, são tratados como estoque, uma vida sem valor, um ser descartável. É importante que todos os seres sejam devidamente respeitados e seus sofrimentos e dores levados em consideração.

Considerações Finais

Buscou-se apresentar fundamentos para que pudesse corroborar a possibilidade dos animais não humanos para que possam ser detentores de direitos fundamentais básicos de respeito e dignidade.

Pode-se analisar que dos grandes avanços tutelares, ainda pende do Direito brasileiro a classificação do bem jurídico, que não reconhece os animais na categoria de sujeito de direito, contudo, ao cenário nacional deve-se observar os grandes passos dados por alguns países, que os dão proteção aos diversos direitos fundamentais.

Para esse resultado, há necessidade de o Estado brasileiro reconhecer, a exemplo de outros países, a condição dos animais como sujeitos de direitos, dando

fim a práticas como os testes em animais onde vem surgindo uma nova concepção ética a respeito do tema, estudiosos afirmam ser claramente possível a substituição de animais para tais procedimentos, com diferentes meios que se demonstraram perfeitamente eficazes, trazendo assim o bem estar animal de forma digna e racional, o que enseja a construção de uma tutela mais efetiva e garantidora distantes dos ideias antropocêntricos.

A ineficácia atual de leis de proteção animal se explica pela forte tendência antropocêntrica na formação de nosso Ordenamento Jurídico. Os animais não humanos, por mais que tenham sua proteção tutelada ainda não podem ser considerados como beneficiários diretos dessa tutela, por serem considerados meros objetos de satisfação do homem, este que se revela verdadeiro sujeito desses direitos.

Neste contexto, após estudos revelarem que os animais são passíveis de sentirem dores, emoções, e sentimentos, defende-se a proteção dedicada a eles, devendo ir além da compaixão e empatia do homem, devem ter seus direitos tutelados por ser seres que possuem um valor próprio pois são criaturas vivas, merecedoras de respeito e dignidade por parte da espécie humana. É necessário urgência de se buscar formas para garantir uma proteção mais efetiva a estes seres passíveis de emoções e sentimentos, e isso implica no reconhecimento da qualidade de sujeitos de direitos e titulares de dignidade.

Buscar por uma melhora nas leis de maus tratos é um grande avanço, é conseguir uma vida com dignidade a estes seres, condição esta inexistente em casos de maus tratos, testes pelas indústrias de cosméticos e também sobre a condição deplorável da vida de animais destinados ao consumo pela indústria alimentícia, onde existe claro desacordo entre os princípios constitucionais e infraconstitucionais do ordenamento jurídico brasileiro.

Com a inovação legislativa citada no presente trabalho o PLC 27/2018, passa a entender os animais como sujeitos despersonalizados, trazendo uma maior efetivação para o cumprimento da legislação contra qualquer tipo de maus tratos aos animais, principalmente no âmbito da indústria alimentícia, onde a mesma expõe o animal ao seu próprio limite, vivendo em condições precárias, sendo explorado e maltratado para que no fim vire uma matéria prima, onde não se leva em consideração o valor de sua vida e sua dignidade. Essa mudança trará mais

avanços ao instituto de responsabilidade civil derivada de danos contra os animais, dando avanço a realidade do direito civil brasileiro.

Os atos lesivos contra animais são práticas ainda arraigadas em parte da população, e a legislação brasileira tem sido aperfeiçoada no decorrer dos últimos cem anos, com o intuito de se trazer melhor proteção jurídica a eles. Os maus tratos aos animais em suas diferentes esferas não podem mais fazer parte dos dias de hoje, nem deve haver consentimento e abstenção sobre esse assunto, essa ação está em desacordo com os princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais.

Referências Bibliográficas

BECKERT, Cristina. **Direito dos Animais, In Dicionário de Filosofia Moral e Política.** Ed. Bilingue. Lisboa, 1990.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais.** Ed. Lugano, Porto Alegre:, 2006.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos animais: fundamentação e novas perspectivas.** Sergio Antonio Fabris. Ed, Porto Alegre, 1ª ed, 2008.

LEVAI, Laerte F. **Direito dos animais: o direito deles e o nosso direito sobre eles.** Ed. Mantiqueira ,Campos do Jordão-SP:, 1998, p. 13-66.

FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais.** Editora Unicamp Campinas, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo. A construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial.** Ed. Fórum, Belo Horizonte, 2012, p.118.

BORGES, Gustavo. **Bioética aplicada e aspectos jurídicos da prática hospitalar.** Ed. Multideia, Curitiba, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 01 de março de 2020.

CAMILO, Adélia Procópio; SOARES, Mário Lúcio Quintão. 2007. **O Direito e os Progressos Científicos: Princípios da Bioética e do Biodireito**. Disponível em:<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/99590/O%20Direito%20e%20os%20progressos%20cientificos.pdf?sequence=1> > acesso em: 05 de março 2020.

CERQUEIRA, Nereide. 2008. COSMÉTICOS. **Indústria adere a métodos alternativos**. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252008000200020&script=sci_arttext > Acesso em 05 de março de 2019.

CERQUEIRA, Nereide. 2008. **Métodos alternativos ainda são poucos e não substituem totalmente o uso de animais**. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000200021&script=sci_arttext > Acesso em: 06 de março de 2020

CLOTET, Joaquim. **Bioética: uma aproximação**. Ed. Edipucrs. Porto Alegre. 2003.

CLOTET, Joaquim; GOLDIM, José Roberto. **Seleção de sexo e bioética**. Ed. Edipucrs, Porto Alegre, 2004.

DEGUCHI, B.G.F; TAMIOSO, P.R; MOLENTO, C.F.M. 2016. **Percepção de equipes laboratoriais quanto a questões de bem-estar animal**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010209352016000100048&lng=pt&nrm=iso#B11 > Acesso em 07 de março de 2020.

FELIPE, Sônia T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**.

Ed. Da UFSC, Florianópolis. 2007.

FORTES, Paulo Antônio de Carvalho; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. **Bioética e saúde pública: entre o individual e o coletivo**. Ed. Loyola, São Paulo, 2004. P. 11-24.

GOLDIM, José Roberto; OLIVEIRA, Elna Mugrabi. **Legislação de proteção animal para fins científicos e a não inclusão dos invertebrados – análise bioética**. In. Revista Bioética vol 22 no.1 Brasília Jan./ apr.2014.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198380422014000100006 > acesso em: 12 de março de 2020.

GUIMARÃES, Mariana Vasconcelos; FREIRE, José Ednésio da Cruz; MENEZES, Lea Maria Bezerra de. 2016. **Utilização de animais em pesquisas: breve revisão da legislação no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v24n2/1983-8034-bioet-24-2-0217.pdf> > Acesso em 20 de março de 2020.

KOERICH, Magda Santos; MACHADO, Rosani Ramos; COSTA, Elani. 2005. **Ética e Bioética: Para dar início à reflexão**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n1/a14v14n1> > acesso em: 22 de mar. 2020.

LEVAI, Laerte Fernando. DARÓ, Vânia Rall. **Experimentação animal: Histórico, implicações éticas e caracterização como crime ambiental**. Revista de Direito Ambiental: Ed. RDA, v. 9, n. 36, p. 138-150, out/dez. 2004.

LOLAS, Fernando. 2008. Bioética e pesquisa animal. **Uma perspectiva pessoal e uma nota sobre a contribuição de Fritz Jahr**. 2008. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0716-](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0716-97602008000100013&script=sci_arttext)

[97602008000100013&script=sci_arttext](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0716-97602008000100013&script=sci_arttext). > Acesso em 25 de março de 2020.

LOPES, Consuelo Helena Aires de Freitas; CHAGAS, Natália Rocha; JORGE, Maria Salete Bessa. 2007. **O Princípio Bioético da Autonomia na perspectiva dos profissionais de saúde**. Disponível em: [file:///C:/Users/Sony/Downloads/3179-11200-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Sony/Downloads/3179-11200-1-PB%20(1).pdf) > acesso em: 25 de mar. 2020.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de Bioética e biodireito**. Ed. Atlas. São Paulo, 2010.

MORALES, Marcelo M. 2008. **Métodos Alternativos á Utilização de Animais em Pesquisa Científica: Mito ou Realidade?** Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252008000200015&script=sci_arttext&hc_location=ufi > Acesso em: 29 de março de 2020.

MOREIRA, Ana Selma. **Eu sou animal: reflexões jurídicas sobre proteção e respeito aos animais.** Ed. Manuscritos, Joinville, SC, 2017.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais.** Unesco. 1978. Disponível em: <http://www.apasfa.org/leis/declaracao.shtml> > acesso em: 02 de abril de 2020.

RAMOS, Dalton Luiz de Paula. **Bioética Pessoa e Vida.** São Caetano do Sul. Ed. Difusão, 1 edição, São Paulo, 2009.

RIVERA, Ekaterina Akimovna B. 2002. **Analgesia em animais de experimentação.** Disponível em

[:http://books.scielo.org/id/sfwjtj/pdf/andrade9788575413869-29.pdf](http://books.scielo.org/id/sfwjtj/pdf/andrade9788575413869-29.pdf) > acesso em: 02 de abril de 2020.

SILVA, José Vitor Da. **Bioética: meio ambiente, saúde e pesquisa.** Ed. Iátria, 1 ed, São Paulo, 2006.

SILVA, Josielma dos Santos; ROCHA, Iolanda Karoline Barros dos Santos; FREITAS, Lucenilde Carvalho de; PEREIRA, Natália Jovita; NETA, Raimunda Nonata Fortes Carvalho. 2015. **Princípios bioéticos aplicados aos estudos ecotoxicológicos aquáticos.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v23n2/1983-8034-bioet-23-2-0409.pdf> > acesso em: 05 de abril de 2020.

VICENTE, Alexandre Meloni; COSTA, Maria Conceição Da. 2014.

Experimentação animal e seus limites: core set e participação pública.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n3/01037331-physis-240300831.pdf>> acesso em 05 de abril de 2020.